

TERMO DE REFERÊNCIA CONSULTOR

Normatização e manualização do SIOPE	
Título e Código do Projeto	914BRZ1071 - Governança Corporativa: melhoria da qualidade da educação pública no Brasil, a partir da revisão e da readequação de processos da gestão do FNDE.
Local(is) de Trabalho	Remoto, podendo ser necessário participar de reuniões presenciais em Brasília.
Período do contrato:	5 meses
Número de vagas:	1
Enquadramento no Prodoc	1.2.1 – Realizar estudos para levantamento e sistematização do arcabouço legal existente, que interferem na gestão do FNDE, com objetivo de transparência e simplificação.

1 – FINALIDADE DE CONTRATAÇÃO

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia federal criada pela Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, desempenha um papel fundamental na execução das políticas educacionais do Ministério da Educação (MEC). Dentro de seu escopo de atuação, destacam-se as atividades afetas ao Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE), que consiste em uma ferramenta eletrônica instituída para coleta, processamento, disseminação e acesso público às informações referentes aos orçamentos de educação da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, sem prejuízo das atribuições próprias dos Poderes Legislativos e dos Tribunais de Contas.

De acordo com o art. 38 da Lei nº 14.113/2020, a verificação do cumprimento dos percentuais de aplicação dos recursos do Fundeb, estabelecidos nos arts. 212 e 212-A da Constituição Federal, em ações de manutenção e de desenvolvimento do ensino, nas esferas estadual, distrital e municipal, será realizada por meio de registro bimestral das informações no SIOPE, mantido pelo Ministério da Educação/FNDE.

A destinação final do SIOPE é a sociedade brasileira, na medida em que permite o acesso a qualquer cidadão, sem necessidade de senha, das informações declaradas pelos entes subnacionais sobre o quanto investem em educação no Brasil, fortalecendo, assim, os mecanismos de controle social da aplicação de recursos em manutenção e desenvolvimento do ensino. Aos gestores educacionais, pesquisadores e instâncias de fiscalização, acompanhamento e controle dos recursos

da educação, o SIOPE fornece informações atualizadas sobre as receitas públicas e os correspondentes recursos destinados à educação e os subsidia na elaboração de trabalhos científicos, nas ações de controle e na formulação e implementação de políticas de financiamento orientadas para a promoção da inclusão educacional, da igualdade de oportunidades, da equidade, da efetividade e da qualidade do ensino público.

Observa-se, assim, a importância do SIOPE como ferramenta de monitoramento, planejamento, gestão educacional e, sobretudo, transparência e controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação. Ressalta-se que a sistemática de funcionamento do SIOPE está em sintonia com a Estratégia 20.4 do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), a qual prevê o fortalecimento dos mecanismos e os instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, com a colaboração entre o Ministério da Educação, as Secretarias de Educação dos Estados e dos municípios e os Tribunais de Contas da União, dos estados e dos municípios.

Com base nesse contexto, justifica-se a necessidade de contratação de profissional da área economia para desenvolver estudos avaliativos e propositivos voltados à revisão, atualização e aprimoramento dos manuais de orientação, cartilhas e guias relativos ao SIOPE, de modo a promover o acesso a conhecimentos sobre o Sistema de forma ampla e contribuir, assim, com a transparência na aplicação dos recursos e a gestão democrática.

2- ENQUADRAMENTO NO PRODOC

a) Resultados que serão alcançados:

Apresentar documentos com propostas de análise da legislação correlata ao SIOPE, bem como orientações sistematizadas que subsidiem a atualização de manuais, cartilhas e guias sobre o SIOPE, por meio da realização de estudos e pesquisas.

b) Enquadramento no PRODOC:

Os resultados se inserem dentro das atividades previstas no item 1.2.1 – Realizar estudos para levantamento e sistematização do arcabouço legal existente, que interferem na gestão do FNDE, com objetivo de transparência e simplificação, conforme perfil de responsabilidade e temáticas.

3 - ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS PELO CONSULTOR

1. Levantamento detalhado dos manuais de orientação existentes relacionados ao SIOPE, identificando lacunas, inconsistências e informações desatualizadas.

2. Levantamento, análise e sistematização das principais dúvidas apresentadas ao FNDE sobre a interpretação e aplicação dos normativos afetos ao SIOPE, com vistas aprimorar os materiais instrutivos.
3. Apresentação de documento preliminar contendo estudo sobre as atualizações legais e regulatórias pertinentes ao SIOPE desde a última versão dos manuais, cartilhas e guias acerca do SIOPE.
4. Apresentação de documento com as alterações validadas acerca das atualizações legais e regulatórias pertinentes ao SIOPE desde a última versão dos manuais, cartilhas e guias sobre o SIOPE.
5. Acompanhamento do envio do documento para publicação, promovendo as atualizações necessárias.

4 - CRONOGRAMA DE ENTREGAS

Perfil

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*
Documento Técnico “A” Documento técnico contendo estudo avaliativo sobre o SIOPE e proposição de melhorias para aprimorar e atualizar guias e manuais instrucionais - parte I, em conformidade com as diretrizes da DIGEF.	40 dias
Documento Técnico “B” Documento técnico contendo estudo avaliativo sobre o SIOPE e proposição de melhorias para aprimorar e atualizar guias e manuais instrucionais - parte II, em conformidade com as diretrizes da DIGEF.	80 dias
Documento Técnico “C” Documento técnico contendo estudo avaliativo sobre o SIOPE e proposição de melhorias para aprimorar e atualizar guias e manuais instrucionais - parte III, em conformidade com as diretrizes da DIGEF.	115 dias
Documento Técnico “D” Documento técnico contendo estudo avaliativo sobre o SIOPE e proposição de melhorias para aprimorar e atualizar guias e manuais instrucionais - parte IV, em conformidade com as diretrizes da DIGEF.	150 dias

* o número de dias é contado a partir da assinatura do contrato.

5 - INSUMOS

Serão fornecidos a infraestrutura e o apoio técnico necessário para o desenvolvimento dos trabalhos da consultoria em questão, bem como acesso às informações institucionais pertinentes ao objeto dos produtos.

Poderão ainda ser disponibilizados os seguintes insumos para a consultoria:

- a) Subsídio da equipe técnica do FNDE para a realização de reuniões de trabalho necessárias à discussão do conteúdo e principais resultados do trabalho.
- b) Apoio da equipe técnica do FNDE discussão e orientação do projeto, leitura e

revisão de documentos, críticas e sugestões.

- c) Disponibilização de informações importantes, de domínio do FNDE, para a execução do trabalho.

6 - REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIFICAÇÃO

Os participantes que não apresentarem os requisitos obrigatórios de qualificação ou que tiverem contratos vigentes de consultoria (ou em período de interstício para nova contratação¹) com algum organismo internacional não serão considerados para o processo de avaliação.

6.1 Obrigatórios:

- a. **Formação Acadêmica:** Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em Economia ou Contabilidade, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).
- b. **Experiência profissional comprovada:**
Obrigatória experiência comprovada de 03 (três) anos em atividades que envolvam processos de políticas públicas educacionais, administração pública e correlatas.
- c. **Disponibilidade de jornada** para dedicação ao projeto e para atender prontamente a eventuais demandas, reuniões e agendas solicitadas pelo FNDE **durante o horário comercial de trabalho.**

6.2. Desejáveis:

- a. Formação acadêmica: Pós-Graduação em Direito Público, Administração pública ou afins.
- b. **Experiência profissional comprovada** de 02 (dois) anos com elaboração de pareceres técnicos relacionados a temas do Direito Administrativo ou políticas públicas educacionais.
- c. Capacidade de compreensão e análise sobre a aplicação do direito para a interpretação de políticas públicas da educação.

Os candidatos devem descrever de forma clara e objetiva suas experiências no currículo-padrão de que trata a alínea “a” do item 7.4.1 de forma a demonstrar explicitamente como suas experiências cumprem cada requisito obrigatório ou desejável exigido por este Termo de Referência. Descrições genéricas ou incompletas poderão ensejar não pontuação, com possível eliminação do candidato.

Habilidades e competências:

- a. Objetividade, clareza e raciocínio lógico.
- b. Capacidade de interpretar a legislação e avaliar suas implicações práticas.

¹ Regras para Interstício, conforme a Portaria MRE nº 8, de 04.01.2017:

- 90 dias para contratação de consultores pela modalidade Produto para um mesmo projeto;
- 45 dias para contratação em projetos diferentes, executados pelo mesmo órgão ou entidade executora;
- 30 dias para contratação para projetos executados em diferentes órgãos ou entidades executoras.

- c. Habilidade para buscar e manter-se atualizado sobre as mudanças na legislação do SIOPE.
- d. Habilidade em comunicar de forma clara e acessível as questões legais relacionadas ao SIOPE.
- e. Conhecimento das leis, regulamentos e diretrizes relacionados ao SIOPE.
- f. Habilidade em gerenciar prazos e prioridades, garantindo que as demandas sejam atendidas dentro do cronograma estabelecido.
- g. Capacidade de organizar e gerenciar informações relevantes sobre o SIOPE, garantindo que os materiais de orientação estejam sempre atualizados e precisos.

7 - Processo seletivo

7.1 A seleção será conduzida por comissão específica, a qual será formada por, no mínimo, 3 (três) participantes, sendo 2 (dois) servidores do FNDE, e um representante da coordenação do Organismo Internacional.

7.2 O Processo Seletivo se dará em Brasília e os custos de transporte, hospedagem e alimentação, se necessários, serão de responsabilidade do candidato. A critério da comissão de seleção, a etapa de entrevista poderá ocorrer por videoconferência.

7.3 A participação no processo seletivo implica na aceitação integral e irretratável dos termos deste edital.

7.4 A contratação será efetuada mediante processo seletivo, composto por 3 (três) etapas.

7.4.1 PRIMEIRA ETAPA – Pontuação de Currículos – PC

- a) O candidato deverá enviar o currículo **conforme o padrão divulgado no site do FNDE** e e-mail informado no edital.
- b) Serão eliminados os currículos que não atenderem integralmente aos requisitos obrigatórios exigidos quanto à formação acadêmica e experiência profissional, bem como os currículos enviados fora das datas de inscrição ou de candidatos que possuam contratos vigentes com algum organismo internacional ou em período de interstício para nova contratação.
- c) Nessa etapa, será aferida pontuação para os currículos inscritos que atenderem aos requisitos obrigatórios e desejáveis.
- d) A pontuação dessa etapa (PC) será atribuída conforme estipulado no item “Critérios de avaliação” – Formação Acadêmica e Experiência Profissional.
- e) O total de pontos recebidos nessa etapa (PC) irá compor a pontuação total recebida pelo candidato. $PT \text{ (Pontuação Total)} = PC \text{ (Pontuação de Currículo)} + PE \text{ (Pontuação de Entrevista)}$.
- f) O candidato precisará obter, **no mínimo, 40 pontos** nessa etapa para ir para etapa de entrevista.

7.4.2 SEGUNDA ETAPA – Pontuação de Entrevistas – PE

- a) Serão convocados para as entrevistas os candidatos com maior pontuação na primeira etapa - Análise de Currículos, considerando, no mínimo, 03 (três) vezes o número de vagas para o perfil, salvo se houver empate entre os últimos colocados, caso em que poderão ser convocados candidatos que ultrapassem 03 (três) vezes o número de vagas. As entrevistas serão realizadas por videoconferência ou telefone, a critério da comissão de seleção;

- b) Poderá ser aplicada avaliação para mensurar o conhecimento do candidato.
- c) A pontuação dessa etapa (PE) será atribuída conforme estipulado no item “Critérios de avaliação” – Entrevista.
- d) O total de pontos recebidos nessa etapa (PE) irá compor a pontuação total recebida pelo candidato: $PT \text{ (Pontuação Total)} = PC \text{ (Pontuação de Currículo)} + PE \text{ (Pontuação de Entrevista)}$.
- e) O candidato precisará obter, **no mínimo, 70 pontos** nessa etapa, somando PC (Pontuação de Currículo) + PE (Pontuação de Entrevista), para que seja chamado a apresentar os documentos comprobatórios do currículo.

7.4.3 TERCEIRA ETAPA

- a) Os candidatos que obtiverem a maior nota na soma dos pontos obtidos nas etapas PE e PC, serão pré-selecionados para a consultoria, no limite do número de vagas.
- b) Os candidatos serão convocados por e-mail a manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação pessoal e comprobatória, no prazo estipulado pela comissão de seleção.
- c) O candidato deverá apresentar documentos comprobatórios da “Qualificação Profissional”, “Experiência Profissional” e dos “Requisitos Desejáveis”, conforme item “Requisitos de Qualificação” deste edital.
- d) A experiência profissional poderá ser comprovada, também, por meio de declaração devidamente assinada por profissional competente da empresa ou instituição onde prestou o serviço ou por meio de apresentação de contrato de trabalho.
- e) Deverão ser apresentados, na mesma oportunidade, documentos pessoais (cópia simples ou original do CPF, RG, comprovante de residência e dados bancários), bem como outros documentos que possam vir a ser solicitados pela comissão.
- f) Caso não haja a apresentação da documentação no prazo estipulado, o candidato será considerado desistente e o candidato subsequente poderá ser convocado.
- g) Caso a documentação do candidato indique restrições, de caráter legal ou não, que comprometam o desenvolvimento da consultoria, esse será eliminado e o candidato subsequente poderá ser convocado.
- h) Caso o candidato não apresente a totalidade dos documentos ou esses não comprovem satisfatoriamente as experiências, a pontuação individual será revista, alterando sua colocação no ranking geral, de modo que o candidato subsequente poderá ser convocado.
- i) Caso o candidato não apresente documentação comprobatória dos requisitos obrigatórios previstos neste edital, será desclassificado e o candidato subsequente poderá ser convocado.

8. TABELA COM CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Perfil: Nível superior em Economia

		Descrição de qualificação e experiência	Critérios de pontuação	Pontuação máxima

1	Formação acadêmica	<u>É obrigatório curso superior</u> completo em Economia, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação, sendo desejável que o candidato possua pós-graduação em <i>lato sensu</i> ou <i>stricto sensu</i> em áreas relacionadas a Direito Público ou afins.	[100%] 10 pontos: doutorado. [70%] 7 pontos: mestrado. [50%] 5 pontos: especialização.	10
2	Experiência do candidato	<u>É obrigatória</u> experiência mínima comprovada de 03 três anos em atividades jurídicas em áreas contenciosas e consultivas e/ou de consultoria jurídico-administrativa no âmbito da Administração Pública Federal.	[100%] 30 pontos: 6 anos completos de experiência além do exigido. [75%] 25 pontos: 5 anos completos de experiência além do exigido. [50%] 15 pontos: 4 anos completos de experiência além do exigido. [25%] 10 pontos: acima de 3 anos completos de experiência além do exigido.	30
3	Experiência do candidato	<u>É desejável</u> experiência profissional mínima comprovada de 02 dois anos com elaboração de pareceres técnicos relacionados a temas do Direito Administrativo ou políticas públicas educacionais.	[100%] 20 pontos: 5 anos completos de experiência. [75%] 15 pontos: 4 anos completos de experiência. [50%] 10 pontos: 3 anos completos de experiência. [25%] 5 pontos: acima de 2 anos completos de experiência.	20
4	Entrevista	<u>É desejável</u> que o candidato demonstre durante a entrevista: a. Objetividade, clareza e raciocínio lógico. b. Capacidade de compreensão e análise sobre a aplicação do direito para a interpretação de políticas públicas da educação. c. Compreensão sobre a legislação aplicável ao SIOPE. d. Disponibilidade de jornada para dedicação ao projeto e para atender prontamente a eventuais demandas, reuniões e agendas solicitadas pelo FNDE <u>durante o horário comercial de trabalho</u> .	Até 40 pontos, atribuídos pela Comissão de Seleção em entrevista.	40
TOTAL DE PONTOS				100

9. LOCAL DE TRABALHO:

O consultor deverá desenvolver seus produtos de forma autônoma, além de demonstrar, no processo de seleção, que tem disponibilidade de jornada para dedicação ao projeto e para atender

prontamente a eventuais demandas, reuniões e agendas solicitadas pelo FNDE **durante o horário comercial de trabalho.**

Os **encontros presenciais eventualmente necessários** para desenvolvimento dos produtos poderão ocorrer durante a execução da consultoria, desde que previamente agendados, sendo que o custo pelo deslocamento e eventuais estadias, se darão por conta do próprio consultor.

10. RECURSOS E QUESTIONAMENTOS

Eventuais questionamentos ou recursos aos resultados deverão ser encaminhados ao e-mail CCOPI@fnde.gov.br, observando-se, por analogia, os prazos previstos na Lei 9.784 de 1999:

- a) O recurso administrativo ou questionamento deverá ser interposto em até 10 (dez) dias, a contar do dia seguinte do ato questionado;
- b) A Comissão de Seleção, o Coordenador Executivo do projeto e o Diretor Nacional do Projeto decidirão, em primeira, segunda e terceira instância, respectivamente, sobre o recurso ou questionamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do seu recebimento.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

Os produtos deverão ser entregues à Coordenação-Geral de Gestão Estratégica, Desenvolvimento e Inovação - CGEDI, por meio eletrônico, ou diretamente no endereço, SBS, Bloco F, Ed. FNDE, Térreo - Brasília/DF, como relatório, em versão preliminar e, após aprovação, em sua forma definitiva, com as devidas referências bibliográficas (quando necessário), em formato digital e capa impressa, contendo nesta a assinatura do consultor.

A execução dos trabalhos previstos neste TOR – Termo de Referência – não implica qualquer relação de emprego ou vínculo trabalhista, sem benefícios complementares, sendo, portanto, regido sem subordinação jurídica, conforme prevê o parágrafo 9º do Art. 4º do Decreto nº 5.151/2004;

Os direitos autorais ou quaisquer outros direitos, de qualquer natureza, sobre materiais produzidos no âmbito desse trabalho pertencerão exclusivamente ao FNDE e sua utilização e/ou reprodução total ou parcial requererá autorização prévia da Autarquia.

Em atenção às disposições do Decreto nº 5.151/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da administração pública federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional, ressalvados os casos de professores universitários que, na forma da LDO, se encontrem submetidos a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade e haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem da inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas.

Em conformidade com a Portaria conjunta CAPES/CNPq nº 1, de 15 de julho de 2010, o bolsista de instituição federal (CNPQ e CAPES) pode exercer função de consultoria em projetos de cooperação técnica internacional, desde que relacionada à sua área de atuação e de interesse para sua

formação acadêmica, científica e tecnológica, sendo necessária a autorização do orientador, devidamente informada à coordenação do curso ou programa de pós-graduação em que estiver matriculado e registrado no Cadastro Discente da CAPES. A contratação do selecionado observará as exigências das regras da UNESCO, bem como da Lei nº 12.813/2013 sobre conflito de interesse.

Visando garantir os objetivos da presente seleção, ela poderá ser suspensa ou cancelada por decisão da Comissão ou da área demandante, por meio de solicitação à Coordenação Executiva do Projeto.

As demais orientações referentes à contratação por meio de consultoria estão dispostas na Portaria nº 8, de 4 de janeiro de 2017 do MRE e no Decreto 5151, de 22 de julho de 2004.

Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2023.

Matheus Souza e Silva Alves

Coordenador de Normatização e Apoio Técnico ao Fundeb e ao Salário-Educação